

Uma presença inquietante

Jefferson Machado Pinto

Psicanalista, doutor em Psicologia com pós-doutorado em Psicanálise, professor aposentado do Programa de Pós graduação em Psicologia da UFMG

Agosto ou setembro de 1968. Saguão da FAFICH-UFMG, assembleia de estudantes para debater chapas candidatas ao DCE no rescaldo das breves notícias que chegavam sobre o Maio de 68 em Paris. Vivíamos o início do recrudescimento da ditadura. Várias tendências do movimento estudantil iriam se pronunciar. Cartazes do Tio Sam de cartola apontando o indicador ao leitor, talvez produzidos pelos estudantes de Jornalismo, propunham a candidatura de um estudante americano do curso de Ciências Sociais com os dizeres “Basta de intermediários”! Uma pichação na parede da rampa de acesso ao segundo andar dizia “Viva a Albânia, suas cabras seus rebanhos”, provocando algumas posições da esquerda. Colegas de curso que haviam se dedicado ao movimento estudantil secundarista me ensinavam algumas coisas, como, por exemplo, que tal funcionário era na verdade informante do antigo DOPS e que, como ele, havia alguns outros em salas de aulas. Todo cuidado era pouco.

Naquele dia, assentado numa cadeira colocada no hall entre as portas dos dois elevadores, um homem de terno cinza observava toda a movimentação dos estudantes, sem trocar conversa com ninguém. Perguntei ao colega quem era aquele cuja calvície precoce fazia parecer mais velho do que indicavam seus talvez trinta e poucos anos, no máximo. O colega me disse que o homem de terno cinza era um novo professor, que havia chegado da França com Doutorado para dar aulas de Psicologia Social, o Prof. Célio Garcia. Ao contrário do movimento do recém-chegado professor Célio, o colega que me esclarecera a questão estava trancando matrícula por desânimo com o clima político do Brasil e entusiasmado com o da França. Estava se mudando para Paris, onde tentaria experienciar as consequências do Maio de 68 e continuar os estudos em Psicologia.

Eu acabava de fazer 19 anos e tentava mapear os acontecimentos e me localizar em meio às turbulências de toda espécie. Eu e outro colega, Luiz Pimenta, tínhamos conseguido uma monitoria nas cadeiras de Fisiologia e Psicofisiologia, ministradas à época na Faculdade de Medicina. Ambos procurávamos uma sólida formação científica. Estudávamos Psicologia Experimental clássica de origem francesa – autores como Paul Fraise, por

exemplo –, e sentíamos falta de um método científico e de uma técnica de pesquisa. Consegui emprestado com a Professora Adi Correia Dias o livro de Keller e Schoenfeld, “Princípios de Psicologia”. A professora me disse que ainda não tinha lido o livro, mas que ele parecia ser bem didático. Quatro meses depois, consegui, em uma Skinner Box nada funcional, caseira e que tinha como barra um enorme pedaço de lata condicionar um rato a pressioná-la para obter uma enorme gota de água.

O então catedrático de Fisiologia, Prof. Wilson Beraldo, nosso orientador, chegava de vez em quando com um visitante e me pedia para fazer uma demonstração da nova técnica de pesquisa comportamental que se iniciava em seu Departamento. Além disso, participávamos de algumas de suas pesquisas sobre a Bradicinina, droga descoberta por ele e pelo catedrático da Bioquímica, Prof. Carlos Diniz, sintetizada a partir do veneno do escorpião. Ensaiávamos replicações de pesquisas sobre asma experimentalmente condicionada e sobre a transferência de uma possível molécula da memória (!!!!) em camundongos treinados em labirinto. Retirávamos os cérebros dos animais, sintetizávamos a molécula através de sofisticados aparelhos e injetávamo-la em camundongos tão ingênuos como nós mesmos. Mas, para os professores envolvidos – e continuo achando que eles estavam certos –, isso fazia parte da formação do pesquisador. Beraldo nos apresentou ao Dr Elisaldo Carlini, pioneiro das pesquisas com drogas psicoativas no Brasil, como opção para uma pós-graduação na Faculdade de Medicina de USP.

Ao mesmo tempo, tínhamos as matérias convencionais do curso de Psicologia – inclusive Psicologia Social – e Luiz Pimenta achava que deveríamos nos dedicar também à Psicopatologia para melhor formularmos as hipóteses de pesquisa. Antes mesmo de cursarmos a disciplina, conseguimos uma licença do psiquiatra responsável por uma das enfermarias do Hospital Raul Soares para fazermos algum trabalho junto aos pacientes internados em períodos curtos e aos finais de semana. Estávamos já contaminados pelo Maio de 68 e todo o clima nos empurrava (o que aceitávamos com prazer e receio) em direção a uma crítica sócio-política do regime asilar de tratamento. Após alguns meses de trabalho em grupo, os pacientes iniciaram uma greve, recusando a alimentação fornecida pelo hospital e fazendo outras reivindicações. Fomos, obviamente, impedidos de entrar novamente nas instalações do hospital e continuamos tentando realizar a pesquisa no laboratório de Fisiologia e dar continuidade aos trabalhos escolares.

As aulas das disciplinas de clínica eram ministradas por profissionais reconhecidos e bem sucedidos, mas a rebeldia já estava instalada em grande parte também dos alunos veteranos, os quais começaram a estreitar laços com os quase ainda calouros, visando cooptar ou, como gostavam de dizer na época, ampliar a força de pressão de grupos políticos e de interesses por fortalecimento de áreas profissionais de seus interesses. Por ocasião de um

seminário a ser ministrado pelos alunos em uma disciplina, pedimos autorização ao professor para convidar o Célio para um debate sobre o filme *Belle de Jour*, de Buñuel, estreado em Paris, em 1967. Todos demandavam esclarecimento de detalhes simbólicos do roteiro. Célio entrou na sala carregando seus livros em uma sacola de nylon dessas usadas para fazer feira, o que contrastava com os cuidados estéticos provincianos típicos dos profissionais que atendiam uma classe média bem estabelecida. Fez um comentário sobre o filme, questionando o poder demandado a um discurso exterior à obra de arte. Quando Célio saiu da sala, o professor da disciplina ensinou aos alunos que o que acabavam de ouvir era um discurso delirante com fuga de ideias. Esse mesmo professor me diria, anos depois, que Célio, pelo conjunto de seu trabalho, foi o verdadeiro psicanalista que ele conheceu.

Minha turma já estava então dividida entre várias tendências profissionais e políticas. Os debates eram intensos. Colegas próximos, como Carlos Drawin, questionavam a opção pela psicologia como ciência do controle do comportamento – seja ele de uma partícula, de um gás ou de um cometa – como em qualquer ciência da natureza, uma vez que, no caso, o controle de que se tratava seria o do comportamento humano. Segundo os colegas que pensavam como Drawin, essa decisão estaria coerente com os tempos de ditadura. Os debates sobre uma reforma no currículo do curso de psicologia eram corriqueiros, mas só tiveram início anos depois. Os alunos de Sociologia haviam criado um curso paralelo e convocado representantes de alunos dos cursos da FAFICH para consolidarem uma proposta de currículo único para todas as áreas. Escolhemos nossa colega Ligia Castro, que posteriormente se tornou professora da USP, como representante da Psicologia.

As discussões sobre ciência e psicologia eram prazerosas, envolventes e sempre carregadas de atitudes anárquicas, se não infantis. Por exemplo, o início e o término das aulas eram sinalizados por uma campainha. Drawin me convida, então, a marcar uma reunião com a chefia do Departamento para fazer algumas reivindicações, já que minha presença, segundo ele, daria mais credibilidade à sua demanda. Assim que fomos recebidos, ele pergunta à chefe se o sinal dos horários de aula poderia ser desligado, pois, a cada vez que a campainha era acionada, ele, que nem um cão de Pavlov, encharcava as camisas, salivando.

O clima era tão estranho que ela nos pediu carinhosamente para não levarmos a ideia adiante. A demanda poderia trazer mais problemas para a Diretoria, colocando o risco de paralisação do curso, a exemplo do que ocorrera na Sociologia. De fato, aconteceu a cassação do Prof. Pedro Bessa, diretor da Faculdade, por não ter impedido a realização de um congresso da UNE nas dependências da FAFICH.

Célio já havia deixado claro que os estudantes deveriam ter nível científico, sindicalização e remuneração para entender o que a sociedade esperava de nossa atuação diante de desigualdades de todo tipo. Criou, então, um grupo com essas características para prestar serviços a empresas, o Centro de Psicologia Social Aplicada (CEPSA), que funcionava de forma autogerada, sem hierarquias e com contratos baseados apenas nas palavras dos membros. Cada aluno participante poderia trazer um trabalho, sugerir nomes de colegas para realizá-los, decidir as remunerações dos envolvidos e quanto seria destinado ao CEPSA. O funcionamento era pesado e, por sorte e competência de alguns colegas veteranos participantes, a prestação de serviços fluía, apesar da demanda de organização administrativa e financeira por parte especialmente de alguns colegas das Ciências Sociais. Naquela estrutura inovadora, eu me deixava orientar pela Marília Mata Machado, pois ela circulava entre os personagens, sem fazer distinção entre o Célio, o também professor Lázaro Elias Rosa e os estudantes. Max Pagès, André Lévy e Guy Lapassade foram trazidos da França pelo Célio para estudar o grupo e coordenar algumas discussões, –não sem confusões e brigas com o Departamento de Psicologia. Célio convidou Ivan Campos, do Departamento de Computação – e que mais tarde viria a se tornar um dos responsáveis pela introdução da Internet no Brasil –, para ministrar um curso de Linguagem Fortran para começarmos o domínio da programação, já prevendo a influência dessa tecnologia na cultura.

Célio acompanhava tudo em silêncio, mas visivelmente atento. Alguns alunos foram admitidos para pós-graduação na França. A Psicologia Política, em suas relações com a Saúde Mental e com programas da Rede Pública de BH, tais como o Fica Vivo e o PAI-PJ, no Tribunal de Justiça, começava a se desenhar em diálogo com o Direito, com a Assistência Social e com a luta antimanicomial. Penso que a experiência institucional do CEPSA poderia ser estudada pelos colegas da Psicologia Social e Política, e mesmo da história da psicologia, antes que percamos os que ainda restam entre nós e que dispõem da memória dos acontecimentos daquela época. Alguns que já se foram pensavam nisso e até deram início a esse trabalho, como Maria Emília Torres Lima, que trabalhou com Pêcheux, em Paris, sobre análise de discurso.

Ao mesmo tempo, crescia o grupo que se interessava pela formação científica via Behaviorismo, tanto na pesquisa quanto na clínica, o que afetava as escolhas dos antigos professores que também demandavam atualização científico-metodológica. Célio convida, então, a Profa. Carolina Bori, organizadora do curso de psicologia da UnB e da pós-graduação em Psicologia Experimental da USP, para ministrar um curso de Psicologia Social Experimental para alunos e professores do Departamento de Psicologia da UFMG. Foi a partir desse encontro com Carolina que eu, juntamente a dois

colegas do mesmo ano e um veterano, resolvi optar pela pós na USP. Outros foram para os EUA, alguns para a FGV e outros para a clínica.

Depois de quase seis anos como bolsista da FAPESP, no Departamento de Psicologia Experimental da USP, convivendo com etólogos e naturalistas, realizando pesquisas de campo e em laboratórios com animais e humanos, além de trabalhando com Carolina Bori na implementação de vários programas de educação em SP, aceitei o convite para assessorar um grupo de trabalho na reformulação do ensino técnico na UFMG. Na época, eu me encontrava em tratamento cognitivo comportamental com um professor da USP e, ao voltar para BH, no início dos anos 80, pedi ao Lúcio Marzagão, um grande amigo dentre os veteranos da época de graduação, a indicação de um analista. Mas, em 1969, Lúcio começou a trabalhar com terapia de dessensibilização sistemática e como eu estava vivendo intensas angústias e trocando ideias diárias com ele pelos corredores, combinamos umas sessões com aquela técnica pavloviana de controle de funções do sistema nervoso autônomo diante de alguns estímulos. Mas, depois de minha descoberta do controle de comportamento pela manipulação de contingências, já prevíamos o alcance restrito da proposta. Lembro-me de ter dito isso a Lúcio em termos teóricos e de ele ter concordado comigo, interessado que já estava pela Psicanálise.

Minha recusa por um posto de trabalho na USP e a opção pelo retorno a BH após o doutorado foi significativa. A angústia profissional continuava apesar de todas as possibilidades que me foram ofertadas de início pela forma agregadora do Prof. Beraldo e da convivência com a inquietude sócio-política do Célio, incluindo seu jeito de pensar o psicanalista na cidade e pela sua singular capacidade colocar os colegas a trabalho. Continuei por muitos anos recebendo em meu consultório artigos impressos matricialmente com o postite Célio Garcia impresso e um breve recado de disponibilidade para discutir o texto. Além deles e da presença marcante e da capacidade de análise da Carolina em situações concretas com um rigor metodológico fora caixinha (desculpas pelo trocadilho) skinneriana, fui fisgado de vez pela Psicanálise. Senti necessidade de me afastar de qualquer influência e retomar a análise da formação sintomática de um filhotismo ao buscar abrigo de pessoas corajosas para me sentir seguro no enfrentamento dos desafios da profissão.

Uma contingência ocorrida durante o meu período de assessor da Diretoria de Ensino do Colégio Técnico da UFMG me reaproximou afetivamente do Célio, depois de alguns anos de contatos ocasionais. Seus dois filhos, Gabriela e Rodrigo, estudavam no Colégio e, em um encontro com os pais dos alunos, revivi o clima daquela casa no Sion que Célio chamava de “seu bunker”. Foi um privilégio encontrar, por meio dos filhos de Célio, um grupo de alunos adolescentes tão brilhantes e questionadores. Eles me proporcionaram um grande prazer no trabalho e me ensinaram muito sobre educação e relações com os mais novos com uma confiança mútua que não encontrei com os que

seriam meus pares. Algum tempo depois, Célio me pergunta, entre irônico e satisfeito, se eu queria que ele levasse algum recado para o Skinner, porque ele tinha decidido estudar teorias da linguagem em Harvard, onde passaria um ano sabático.

Enquanto estive fora até o início dos anos 80, os veteranos da minha época de graduação se tornaram professores da UFMG e, estando novamente em BH, fui convidado pelo Lucio e pelo Eduardo Gontijo a me transferir para o Departamento de Psicologia para a criação de um curso de pós, categoria Especialização, o qual pudesse ser, talvez, o embrião de um mestrado. Na realidade, o Programa de Pós-graduação em Psicologia na UFMG foi criado pela geração mais nova da Psicologia Social pelo impulso de Regina Helena Campos, Elisabeth Bonfim, Lucia Afonso, Cornelis Straten, dentre outros, além de professores da Psicologia do Desenvolvimento, do Trabalho, Escolar, e Luis Flavio Couto, da Psicanálise. Também participaram da construção alguns colegas do curso de especialização. O projeto para ingresso na seleção na única área que se iniciava, a Psicologia Social, deveria se apoiar em uma questão social, mas com independência em relação ao método de pesquisa e à teoria a serem utilizados na discussão dos dados, mostrando, por muitos anos, uma parceria entre a Psicologia Social e a Psicanálise que propunha a inclusão do fator libidinal na análise dos laços sociais. Na medida em que mais professores de psicanálise e psicopatologia foram admitidos em concurso, começamos uma discussão consequente e produtiva para termos na pós uma área de concentração de créditos em estudos psicanalíticos, mantendo a mesma parceria iniciada anos antes. Paulo Cesar Ribeiro e Antônio Teixeira se encarregaram respectivamente da redação final dos projetos de mestrado e de doutorado da área Estudos Psicanalíticos,

Célio continuava o mesmo professor com mil interesses, distante das questões institucionais, mas então apoiado inteiramente na Psicanálise. Continuava provocando as ciências conexas, convidando pesquisadores ao debate de questões contemporâneas vindas de áreas tão diversas quanto a Engenharia Metalúrgica, a Imunologia, a Matemática, a Topologia, os novos paradigmas das ciências através de Isabelle Stengers e J.P. Dupuys– estes últimos tendo sido apresentados a nós também por Evando Mirra e Nelson Vaz.

Não era uma posição formalmente explícita, mas deixava transparecer claramente que a Psicanálise não precisava “pagar pedágio”, como diz um colega, para entrar no campo epistêmico da Academia. Sem se importar com as questões burocráticas da Academia, e apesar de estar formalmente vinculado ao Departamento de Psicologia, tomou assento na pós-graduação de Filosofia, onde foi acolhido por José de Anchieta, Sebastião Trogo, Hugo Cesar Tavares, Luiz Bicalho, José Henrique Santos, Walter Evangelista, Ricardo Fenati e outros, os quais se dedicavam ao estudo de questões ligadas à ideologia, à análise de discurso, à filosofia da ciência e ao lugar da psicanálise

na universidade e no mundo. Nesse momento, Célio já estava integrado ao Programa da Filosofia, na Linha de Pesquisa Psicanálise e Filosofia, orientando dissertações e teses, trabalho que continuamos depois, juntamente com o Prof. Walter Evangelista, em aulas conjuntas com alunos da filosofia e da psicologia – as quais contaram com a participação de Jose Newton Garcia e Jesus Santiago. A determinação do Célio em ficar o mais solto possível dentro da estrutura formal era incrível, mas ele, penso, acabava contando com o apoio de muitos – talvez por isso mesmo tenhamos sido acusados muitas vezes de emitir votos em reuniões a mando dele; tempos depois, mesmo após sua permanência na Filosofia, alguns diziam que seu espírito ainda afetava as decisões do departamento.

Com a criação do curso de Especialização voltado para o estudo das bases epistemológicas da psicanálise e das psicoterapias contemporâneas, as tensões do Departamento de Psicologia pareciam ter se tornado maior. O grupo começou a discutir com vários professores da UFMG a possibilidade da criação de um departamento de Psicanálise a la Vincennes. Célio não achava prudente, defendendo que seria melhor que os professores se dispersassem pelos vários departamentos para questionar os vários campos e abrir a transferência de trabalho, em vez de se fecharem em um único espaço, condição que poderia ser suficiente para a eliminação da psicanálise na universidade.

Felizmente, nosso plano não deu certo. Seguindo orientações do Prof. Cid Veloso, à época Reitor, fizemos o trâmite burocrático e deveríamos abrir o convite a todos os professores, de modo a dar legitimidade à nova unidade mínima da universidade. Sergio Laia, ainda aluno e já discutindo Lacan com mais propriedade, chegou a brincar, sugerindo que a nova unidade deveria se chamar Departamento de Ciências do Inconsciente, DCI, anagrama de Cid, o nome do Reitor! Qual a nossa surpresa ao constatarmos que a grande maioria de professores de nosso departamento se declarava psicanalista. O grupo que menos se dizia identificado ao campo psicanalítico era o dos professores de psicologia experimental. Politicamente a estratégia foi um fiasco, pois, no fim das contas, estávamos ingênua ou paradoxalmente trabalhando para criar um departamento confortável para outro grupo. Célio chegou a nos alertar sobre uma possibilidade desse tipo, dada a confusão epistemológica no campo da psicologia, mas sem impedir qualquer movimento e trazendo textos que propunham ideias e experiências.

Depois de anos de funcionamento, os professores do curso de especialização foram assumindo caminhos diferentes dentro do campo psicanalítico, mas todos voltados para a função e campo da fala e da linguagem. Alguns mais voltados para uma pragmática e o estudo dos atos performativos, outros para a literatura, mas também em constante discussão com professores como Benilton Bezerra, Jurandir Freire Costa, Edson Luiz de Souza. Minha decisão

foi pelo caminho de Lacan e pude colaborar em muitos eventos produzidos pelo Célio e o grupo de filosofia, como palestras e cursos de René Major, Alain Badiou, Marie-Claire Boons, Gérard Pommier, Bento Prado Jr., dentre outros. Durante um encontro promovido pelo Campo Freudiano em BH, com a presença de J-A. Miller, Célio manifestou que achava importante a participação da universidade naquele debate, dado o início do ensino lacaniano em nível de pós-graduação, até mesmo para consolidação da Psicanálise lacaniana na universidade. Contando com ajuda de Leila Mariné e Sergio Laia, participamos de uma mesa com o tema “Psicanálise e Universidade”, juntamente com o Célio e Jorge Forbes – este último, à época, iniciava um grupo de trabalho no Instituto de Estudos Avançados da USP com o nome de Psicanálise e Conexões. Eu já estudava a possibilidade de ali procurar o Prof. Newton da Costa, sobre quem eu já havia conversado com o Célio, para o estudo da Lógica para-consistente, mas ele se encontrava em dedicação intensa com os matemáticos na elaboração de novas formulações para o entendimento da Física dos buracos negros. Essa mesa abriu para mim um estágio de pós-doutorado no grupo, sob a responsabilidade do J. Forbes.

Inúmeras reflexões poderiam continuar a ser feitas, mas acho que ainda seriam insuficientes para mostrar a reconhecida importância do Célio Garcia na formação de gerações de psicanalistas e de filósofos. Como disse Leila Mariné, em sua elegia por ocasião da morte de Célio: a convivência com ele nem sempre foi fácil, mas sempre muito intensa e produtiva.

